

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS Avenida das Indústrias, Nº 210 - Bairro Vila Olga - CEP 33030-510 - Santa Luzia - MG - www.tjmg.jus.br

EDITAL Nº 02 - TJMG 1º/SLU - COMARCA/SLU - 1º V.CR.EX.P - GAB

EDITAL DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE PROJETOS

O JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE SANTA LUZIA , no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento-Conjunto nº 27, de 21 de outubro de 2013, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) no que a Resolução nº 558 de 06/05/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não lhe contrarie, faz saber a todos interessados que estão abertas, no período de 22.07.24 a 22.08.24, as inscrições/credenciamentos para seleção pública dos projetos de entidades públicas ou privadas com finalidade social ou atividades de caráter essencial à segurança pública, educação, trabalho e saúde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social para serem beneficiadas com o repasse dos recursos financeiros oriundos de prestações pecuniárias objeto de ANPPs, transações penais e sentenças condenatórias, mediante as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, que se subordina aos referidos atos normativos e às disposições legais aplicáveis.

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º. O Provimento-Conjunto nº 27/2013 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais regulamenta a forma de recolhimento e de destinação dos depósitos de valores arrecadados com a aplicação das prestações pecuniárias, objeto de ANPPs, transações penais e sentenças condenatórias, para entidades públicas ou privadas com finalidade social e para atividades de caráter essencial à segurança pública, inclusive sistema prisional, educação e saúde.

Art. 2º. Todos os valores arrecadados na forma do art. 1º estão depositados na conta administrada pela 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia (1ª V.Cr.Ex.P.), Banco do Brasil, agência nº 1615-2, conta nº 300245-4, exclusivamente para esta finalidade, que será movimentada nos termos da legislação de regência.

SEÇÃO II – DO OBJETO:

Art. 3º. Constitui-se objeto deste Edital a seleção e o cadastramento de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos e respectivos projetos, que tenham finalidade social ou atividades de caráter essencial à segurança pública, inclusive sistema prisional, trabalho, educação, saúde e atenção às vítimas de crimes diversos, mulheres, idosos, crianças e adolescentes, aptas à prestação de serviços essenciais de segurança pública, assistência social, saúde, educação, cultura e lazer, com recursos provenientes de prestações pecuniárias.

SEÇÃO III – DO PÚBLICO ALVO:

- Art. 4º. Poderão ser beneficiadas as entidades que tenham como público-alvo:
- I Segurança Pública:
- a) Atividades de execução da pena e da medida de segurança;
- b) Assistências ao preso ou internado e servidores do sistema prisional;

- c) Planejamentos e ações relacionadas a segurança, que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade de Santa Luzia.
 - II Área de Assistência Social:
- a) Crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social com vínculo familiar e comunitário;
 - b) Crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
- c) Crianças e adolescentes com deficiência mental, em situação de acolhimento institucional:
 - d) Pessoas em situação de rua;
 - e) Adolescentes em conflito com a lei cumprindo medidas socioeducativas;
 - f) Adolescentes com dependência química em comunidade terapêutica;
 - g) Famílias em situação de vulnerabilidade social;
 - h) Mulheres em situação de violência em acolhimento institucional;
- i) Idosos em situação de vulnerabilidade social com convívio familiar e comunitários mantidos;
 - j) Idosos em situação de acolhimento institucional;
- k) Pessoas com deficiência, em atividades socioeducativas, com vínculos familiares e comunitários mantidos:
- I) Presos e condenados em cumprimento de pena privativa de liberdade, em processo de ressocialização social.
 - III Área de Saúde:
 - a) Pacientes Judiciários;
 - b) Usuários de álcool e outras drogas;
 - c) Pessoa com deficiência.
 - IV Área de Educação:
- a) Alunos, professores, gestores e familiares desde que sejam pessoas voltadas para educação especial.
 - V Área de Cultura:
- a) Pessoas de todas as faixas etárias, que estejam em situação de vulnerabilidade social a serem atendidas por projetos socioeducativos de natureza cultural.

SEÇÃO IV - DOS BENEFICIÁRIOS DOS RECURSOS:

- Art. 5º. Os recursos arrecadados, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão destinados ao financiamento de projetos apresentados por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, com finalidade social ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas de relevante cunho social, situadas em Santa Luzia, priorizando-se o repasse aos beneficiários que:
- I mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública, especialmente aquelas organizações sociais inseridas em contexto de extrema pobreza;
- II atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade:

- III sejam parceiros ou integrantes do Programa Novos Caminhos (Resolução CNJ nº 543/2024) ou de programa similar de apoio à desinstitucionalização de crianças e adolescentes acolhidos e a egressos de unidades de acolhimento;
 - IV prestem serviços de maior relevância social;
- V apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas;
- VI realizem atividades que visem à garantia de direitos de adolescentes após o cumprimento de medida socioeducativa e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, de acordo com as diretrizes do CNJ;
- VII executem projetos de prevenção e/ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências e que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa no sistema criminal, inclusive para pessoas em execução penal em meio aberto, pré-egressas e egressas;
- VIII se dediquem ao fortalecimento do serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, especialmente por meio da Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) ou equipe conectora; e
- IX atuem em projetos temáticos sobre o uso de álcool e outras drogas desenvolvidos por entidades devidamente registradas nos órgãos públicos de controle competentes e adotem metodologias compatíveis com a Lei nº 10.216/2001 e a Resolução CNJ nº 487/2023, desde que se respeitem a voluntariedade e as diversidades culturais, religiosas e de crença das pessoas envolvidas, com prioridade ao atendimento na Rede da Atenção Psicossocial.

SEÇÃO V - DAS VEDAÇÕES DE DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:

- Art. 6º. É vedada a destinação de recursos:
- I custeio das instituições do Sistema de Justiça, inclusive Poder Judiciário,
 Ministério Público e Defensoria Pública;
- II promoção pessoal de membros e servidores de quaisquer dos Poderes, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou integrantes das entidades beneficiadas;
- III pagamento de remuneração fixa por cargos de gestão e direção aos membros da diretoria das entidades beneficiadas, podendo estes receber apenas pelas horas prestadas na execução direta da atividade-fim do projeto, desde que devidamente comprovadas;
 - IV fins político-partidários;
- V entidades que não estejam regularmente constituídas há mais de 1 (um) ano;
- VI entidades que condicionem ou vinculem o serviço prestado à conversão religiosa ou ao exercício de atividades de cunho religioso; e
- VII entidades cujos membros, sócios, associados ou dirigentes sejam o magistrado ou o membro do Ministério Público vinculado à unidade judicial competente para a disponibilização de recursos, ou seus cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau.

Parágrafo único. Também não poderão ser destinados recursos a entidades públicas ou privadas:

a) em que membros e servidores do tribunal, do respectivo Ministério Público ou

da respectiva Defensoria Pública tenham qualquer ingerência, ainda que informal, na constituição ou administração da entidade ou na utilização de receitas, mesmo que para fins de patrocínio de eventos, projetos ou programas alinhados a metas institucionais;

b) de cujas atividades possa decorrer, de qualquer forma e mesmo que indiretamente, promoção pessoal de membros e servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, da respectiva Defensoria Pública ou de seus cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau.

SEÇÃO VI – DO CADASTRAMENTO DAS ENTIDADES:

Art. 7º. O cadastramento das entidades e a análise dos projetos apresentados, inclusive a prestação de contas no caso de aprovação e execução, serão realizados pelo sistema Bússola, mediante acesso ao seguinte endereço eletrônico: https://investidor.bussolasocial.com.br/tjmg/editais/tjmg-02-comarca-slu.

Parágrafo único. A orientação voltada à realização de cadastro da entidade no referido sistema de processamento dos projetos apresentados pelas entidades será compactada e disponibilizada por meio de cartilha, a qual poderá ser solicitada junto ao Gerente de Secretaria do Juízo.

- Art. 8º. A primeira etapa do credencimento da entidade será realizada mediante o preenchimento de formulário próprio no sistema Bússola, o qual deverá conter, no mínimo, os dados para preenchimento contidos no Anexo I do Provimento Conjunto nº 27/2013 do TJMG, devendo a entidade, ainda no próprio ambiente, preencher os campos respectivos (inciso I) e anexar os seguintes documentos (inciso II):
 - I plano de projeto, que deverá conter, no mínimo, as seguintes especificações:
- a) finalidade, a qual deverá ser inserida no campo "Resumo" do Sistema Bússola;
- b) tipo de atividade que pretende desenvolver, devendo tal informação também ser inserida no campo "Resumo" do Sistema Bússola;
- c) exposição sobre a relevância social do projeto, a qual deverá ser inserida no campo "Justificativa" do Sistema Bússola;
- d) tipo de público a que se destina, a qual deverá ser inserida no campo "Público Alvo" do Sistema Bússola:
- e) tipo e número de pessoas beneficiadas, devendo tal informação ser especificada no campo "Público Alvo" do Sistema Bússola;
- f) identificação completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do projeto, caso não coincida com o dirigente da entidade, devendo a informação ser inserida no campo "Dados Básicos" do Sistema Bússola;
- g) discriminação dos recursos materiais e humanos necessários à execução do projeto, com a identificação das pessoas que participarão da respectiva execução, devendo a informação ser inserida no campo "Dados Básicos" do Sistema Bússola;
- h) período de execução do projeto e de suas etapas, a qual deverá ser detalhada no campo "Dados Básicos" do Sistema Bússola;
- i) forma e local da execução, devendo esta informação também ser inserida no campo "Dados Básicos" do Sistema Bússola;
- j) valor total do projeto, apresentando pelo menos 3 (três) orçamentos de fontes idôneas diferentes, devendo tais informações serem inseridas no campo "Orçamento" do Sistema Bússola;
 - k) outras fontes de financiamento, se houver, as quais deverão ser

especificadas no campo "Orçamento" do Sistema Bússola;

- I) outras informações que a entidade entender relevantes.
- II documentação necessária da entidade beneficiária:
- a) comprovante do registro de ato constitutivo, no qual sejam identificadas: *(i)* sua finalidade social; *(ii)* finalidade não lucrativa; *(iii)* a área territorial de atuação da entidade
- b) comprovante de inscrição e situação cadastral regular do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ;
- c) declaração firmada pelo representante legal, de ciência da necessidade da existência de conta bancária para o recebimento dos valores eventualmente liberados;
- d) certidão negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;
- f) certidão de Regularidade do Empregador perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
 - g) certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais ;
- h) certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, referente aos municípios em que atua a entidade;
- i) cópia da Ata de Assembleia Geral que aprovou as alterações estatutárias, devidamente registradas no Serviço Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas na Comarca;
- j) cópia da Ata da última eleição e posse da Diretoria da entidade, devidamente registrada no Serviço Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca;
- k) cópia da Carteira de Identidade e do registro no Cadastro de Pessoas Físicas
 CPF do representante legal da entidade;
- I) cópia da Carteira de Identidade e do registro no Cadastro de Pessoas Físicas
 CPF do responsável pela gestão financeira;
- m) documento de identificação e qualificação completa dos seus dirigentes, especificando seu representante legal e eventual mandato, com comprovação da eleição ou da nomeação;
- n) declaração de que seus dirigentes não são cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau, do Juiz(a), do Promotor(a) de Justiça ou de membro da comissão que participou da seleção dos projetos.
- §1º. A ausência, inaplicabilidade ou impossibilidade de apresentação de algum dos documentos acima relacionados deverá ser acompanhada de justificativa suficiente.
- §2º. O não preenchimento dos dados nos termos deste artigo poderá ocasionar em indeferimento do cadastramento.

SEÇÃO VII – DA ANÁLISE DOS PROJETOS:

- Art. 9º. A documentação protocolizada no prazo estabelecido no edital será encaminhada para análise pelo servidor competente do juízo de execução penal ou de assistente social judicial, especialmente designado, que deverá lançar parecer sucinto sobre a viabilidade e conveniência do projeto, no período compreendido entre o dia 26/08/2024 até o dia 10/09/2024.
 - §1º. Em seguida, disporá o Ministério Público do Estado de Minas Gerais do

prazo compreendido entre os dias <u>23/09/2024 até o dia 08/10/2024</u> para a emissão de parecer.

- §2º. Caberá ao Juiz de Direito titular da 1º Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia, a escolha, em decisão fundamentada, do projeto(s) a ser(em) contemplado(s), no período compreendido 14/10/2024 até o dia 29/10/2024.
- §2º. É vedada a escolha arbitrária e aleatória da entidade a ser beneficiada com os valores depositados.
- Art. 10. O Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia poderá constituir comissão com a função exclusiva de avaliar os projetos e opinar sobre eles, antes da emissão do parecer do Ministério Público a que alude o § 1° do art. 7° deste Edital.

Parágrafo único. A comissão, que será presidida pelo Juiz de Direito da comarca, poderá ser composta pela Defensoria Pública, OAB e servidor público designados.

- Art. 11. O efetivo repasse dos valores para início de execução do projeto fica condicionado à existência de saldo suficiente em conta aberta exclusivamente para depósito dos valores oriundos das prestações pecuniárias.
- §1º. Os repasses serão feitos de forma parcelada ou por meio de depósito único, de acordo com as peculiaridades do caso.
 - §2º. A forma de repasse será especificada no ato de aprovação do projeto.

SEÇÃO VIII – DA EXECUÇÃO DO PROJETO E PRESTAÇÃO DE CONTAS:

- Art. 12. O Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia poderá designar pessoa de sua confiança para o acompanhamento da execução do projeto.
- Art. 13. Decorrido o prazo informado para execução do projeto, deverá a entidade beneficiária proceder à prestação de contas do valor recebido no prazo fixado pelo juiz, enviando à unidade gestora relatório que deverá conter:
- I planilha detalhada dos valores gastos, da qual deverá constar saldo credor porventura existente;
- II cópia das notas fiscais de todos os produtos e serviços custeados com os recursos disponibilizados, com atestado da pessoa responsável pela execução do projeto, preferencialmente no verso do documento, de que os produtos foram entregues e/ou os serviços foram prestados nas condições preestabelecidas na contratação;
 - III relato sobre os resultados obtidos com a realização do projeto.
- §1º. O resumo do demonstrativo da prestação de contas, e sua aprovação, serão obrigatoriamente publicados no Diário do Judiciário eletrônico, fixados em local visível no prédio do fórum e seus anexos, se houver.
- §2º. Havendo saldo credor não utilizado no projeto, o valor será depositado pela entidade na conta-corrente vinculada à unidade gestora, comunicando se ao juízo competente.
- Art. 14. A prestação de contas será submetida à homologação judicial após parecer do Ministério Público.
- §1º. A prestação de contas, a critério do juiz, poderá ser submetida a prévia análise técnica de pessoa ou órgão capacitado existente na comarca.
- §2º. A não prestação de contas por parte da entidade beneficiária, no prazo fixado pelo Juiz de Direito, implicará sua exclusão do rol de entidades cadastradas, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei, inclusive criminal.
 - §3º. As entidades beneficiadas com qualquer valor deverão manter, pelo prazo

de 5 (cinco) anos a contar da emissão, toda documentação apresentada em qualquer fase do procedimento, salvo se os originais tiverem sido entregues ao juízo.

Art. 15. O Juiz de Direito da comarca deverá dar destinação à verba proveniente da aplicação de pena de prestação pecuniária a entidades ou atividades definidas neste Edital e demais diplomas legais aplicáveis, no mínimo, uma vez a cada ano, ficando assegurada a publicidade e a transparência de todo o processo.

SEÇÃO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 16. Os prazos previstos neste Edital poderão ser dilatados, a critério do Juiz da Execução.

- Art. 17. Os serviços auxiliares da Justiça prestarão apoio na execução das tarefas disciplinadas neste Edital.
- Art. 18. As informações e todos os elementos sobre esse cadastramento poderão ser obtidos junto à Secretaria da VEC de Santa Luzia, na pessoa de seu Gerente.
- Art. 19. É facultado ao Juiz de Direito, ao Ministério Público e/ou à Comissão, a qualquer momento, promover diligências destinadas a esclarecer o processo de cadastramento, execução e prestação de contas, bem como solicitar a comprovação de qualquer informação apresentada pela entidade, estabelecendo prazo para atendimento.
- Art. 20. As relações das entidades cadastradas e dos projetos selecionados serão publicadas no átrio do Fórum da Comarca, em até 60 dias a contar do término do prazo das inscrições supra estabelecido.
- Art. 21. Constatada qualquer irregularidade no cadastramento das entidades beneficiadas, o Juiz, de ofício ou mediante provocação, decidirá sobre eventual nulidade, caso em que a entidade poderá ser descadastrada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- Art. 22. Os membros da Comissão não poderão elaborar projetos ou pertencer aos quadros de pessoal das entidades.
- Art. 23. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pelo Juiz de Direito da VEC, ouvido o Ministério Público.
- Art. 24. Este edital tem validade no ano de 2024 e entrará em vigor na data de sua publicação, devendo a ele ser dada ampla e geral publicidade, na Comarca, ao GMF e Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Santa Luzia, na data da assinatura eletrônica.

PEDRO FERNANDES ALONSO ALVES PEREIRA

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Fernandes Alonso Alves Pereira**, **Juiz(a) de Direito**, em 19/07/2024, às 18:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **19583357** e o código CRC **09A6A96F**.

19583357v36 0127491-57.2024.8.13.0245



Como Participar do Edital

ÍNDICE



1.0 - Criando conta no Sistema Bússola	05
2.0 - Preenchendo os dados da organização	. 12
3.0 - Acessando o edital e preenchendo o credenciamento	. 18
4.0 - Preenchendo a proposta	42
5.0 - Enviando a proposta para avaliação	59
6.0 - Suporte	64





Para participar deste edital a sua organização precisa ter uma conta no Sistema Bússola e a proposta deverá ser digitada e enviada para o promotor do edital avaliar.

Neste manual você vai aprender a criar uma conta gratuita para sua organização no Sistema Bússola, preencher formulário de cadastro, enviar documentos, preencher a proposta e enviá-la para a avaliação do investidor.

SAIBA MAIS



Cadastro da organização

Crie a conta gratuita da sua organização e insira as informações de dados básicos, coordenação e endereço.



Credenciamento

Envie a documentação para análise.



Proposta

Preencha e envio do projeto para análise.

Passo 1.0











Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG

SOBRE

EDITAIS

EDITAL Nº 02 - TJMG 1a/SLU - COMARCA/SLU - 1a V.CR.EX.P - GAB

Aberto para inscrição

REGULAMENTO

INSCREVER

DETALHE

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Quem somos?

que não sejam de competência da

justice federal comum de trabalho

Clique em: **REGULAMENTO** para baixar o regulamento do edital. Após ler o regulamento, clique em: **INSCREVER** Gerais é neira e

neira e mineiro. ustiça s casos Conheça

O Juízo das Execuções Penais de Uberlândia, informa que se encontra aberto o prazo para credenciamento de entidades a serem beneficiadas com prestações pecuniárias fruto de processos penais, objeto das transarões penais e sentencas condenatórias no ano de 2014, nos termos 27/2013, Resolução 154 do CNJ e Portaria n

Para acessar a página do edital, acesse no seu navegador:
https://investidor.bussolasocial.com.br/tjmg/editais/tjmg-02-comarca-slu

Anexo 01 (19657251)

SEI 0127491-57.2024.8.13.0245 / pg. 14



Entre com a sua conta

Informe seus dados de acesso:

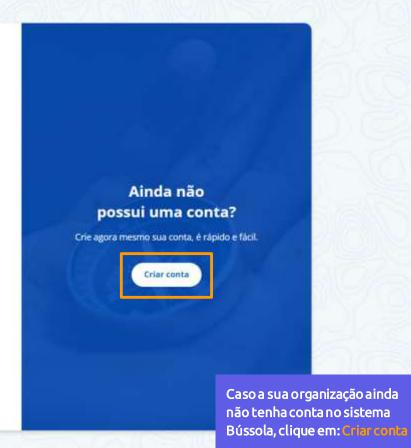


Esqueceu a senha? Tudo bem, clique aqui para recuperá-la

Entrar com uma conta corporativa ~

Se a sua organização já possui conta no sistema Bússola, digite o login, a senha e clique em: Entrare vá para o Passo 2 deste passo a passo.

Termos de uso e política de privacidade





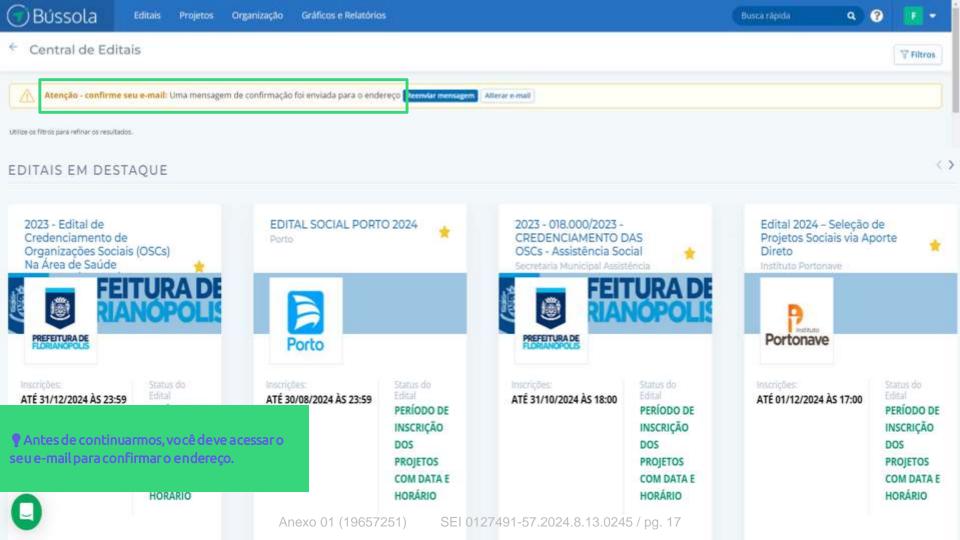
Criar Conta

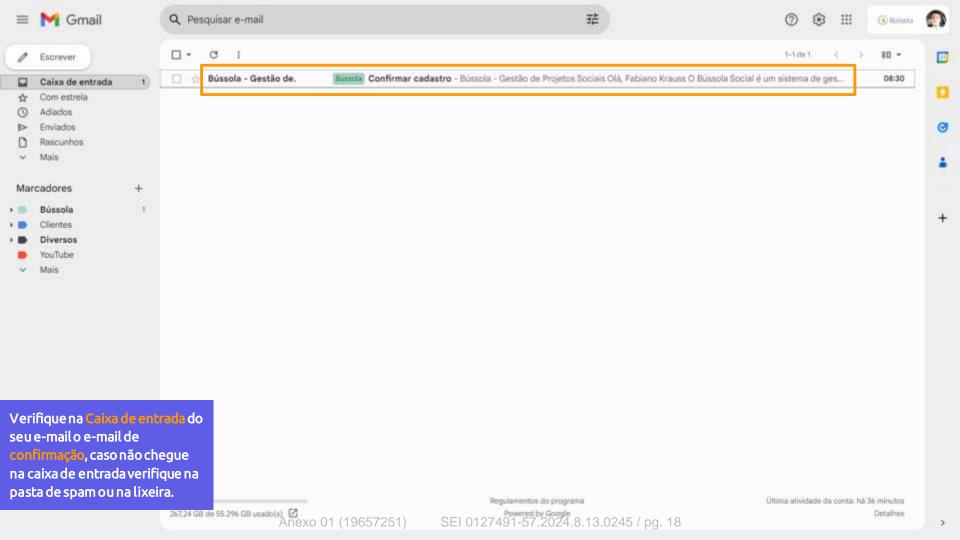
Você está prestes a criar uma conta no Bússola! =].

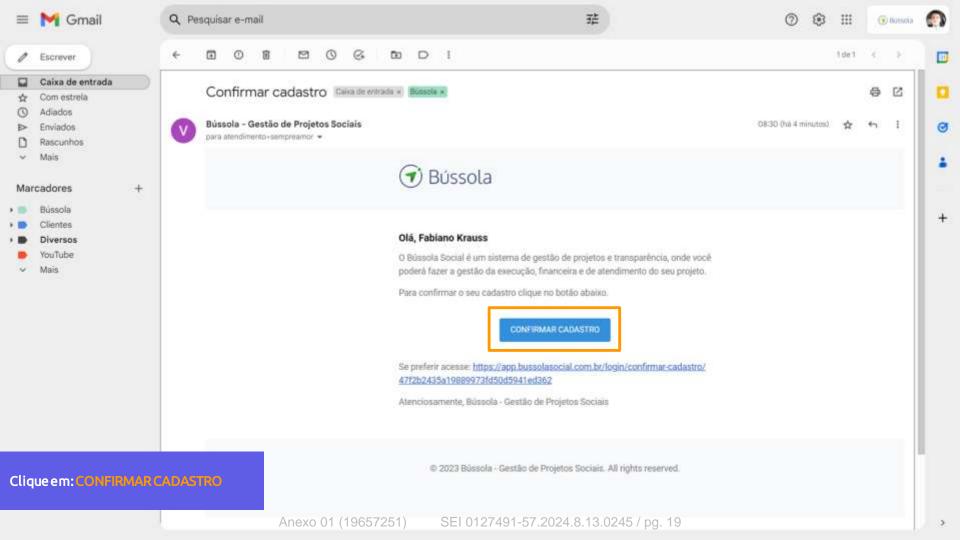


Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe pra onde ir — Sêneca

Preencha as informações e Clique em: Criar conta



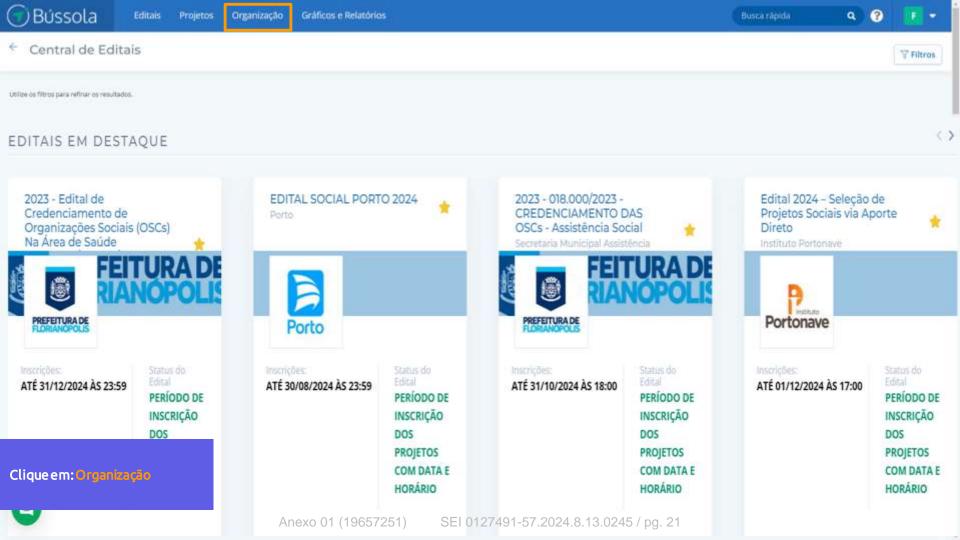


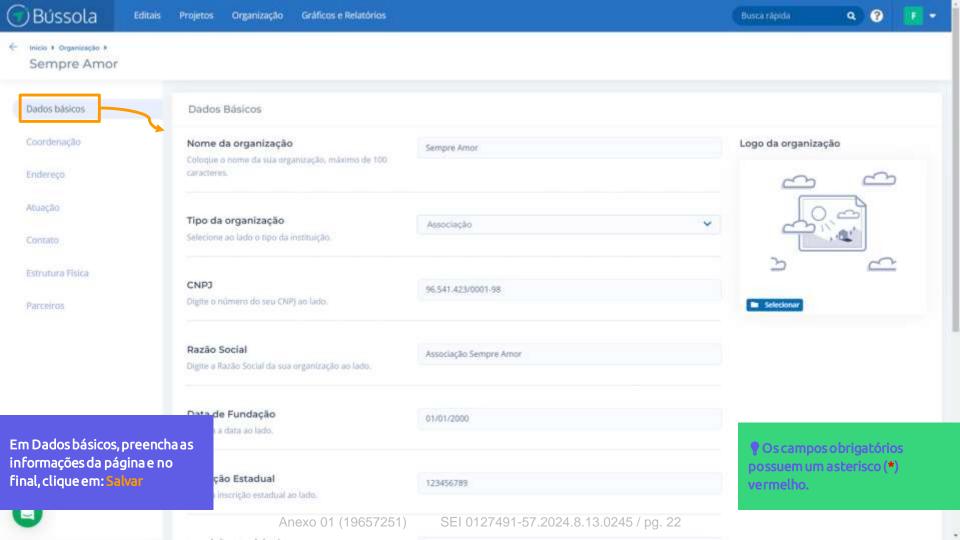


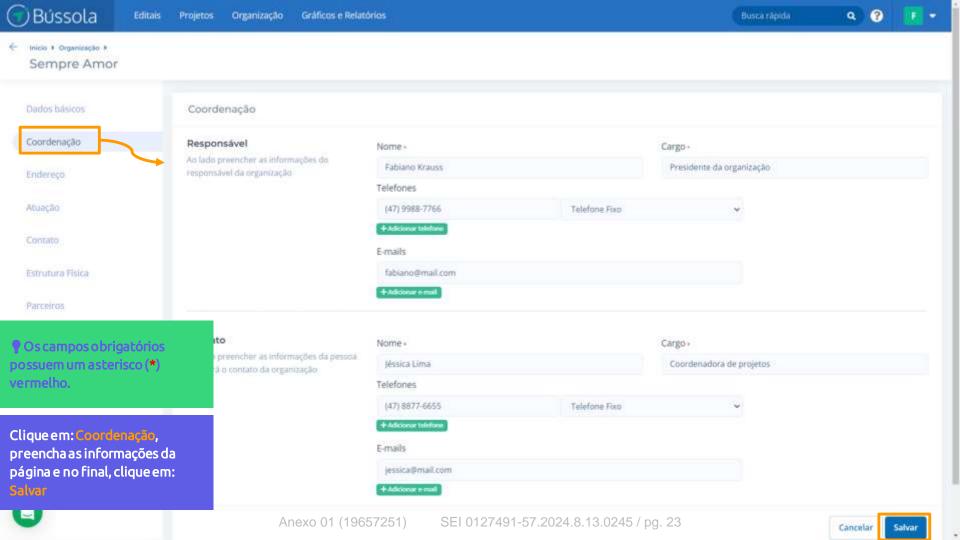
Passo 2.0

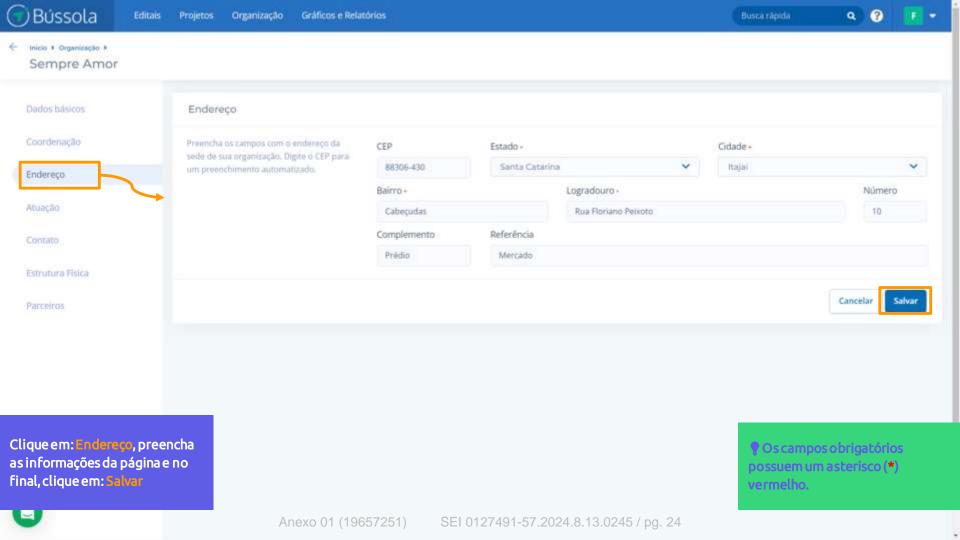


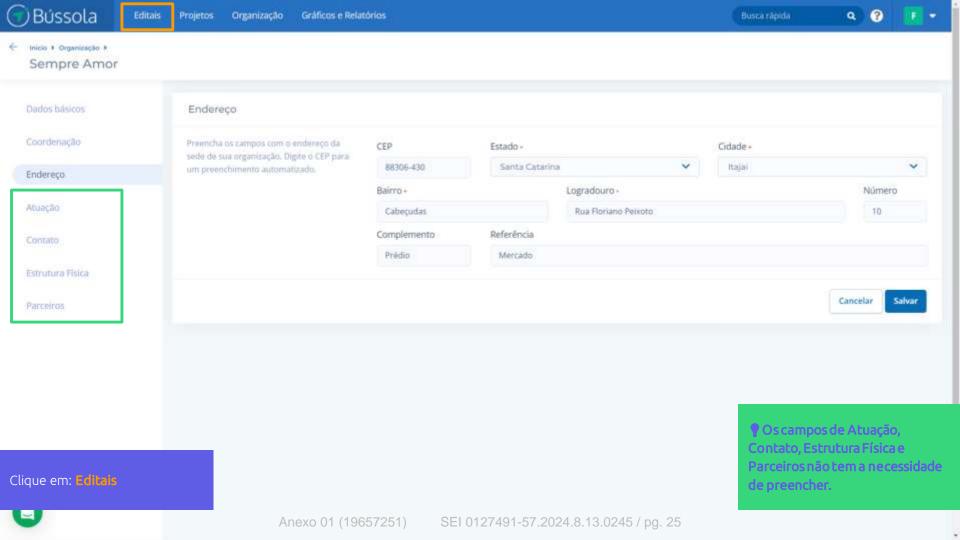








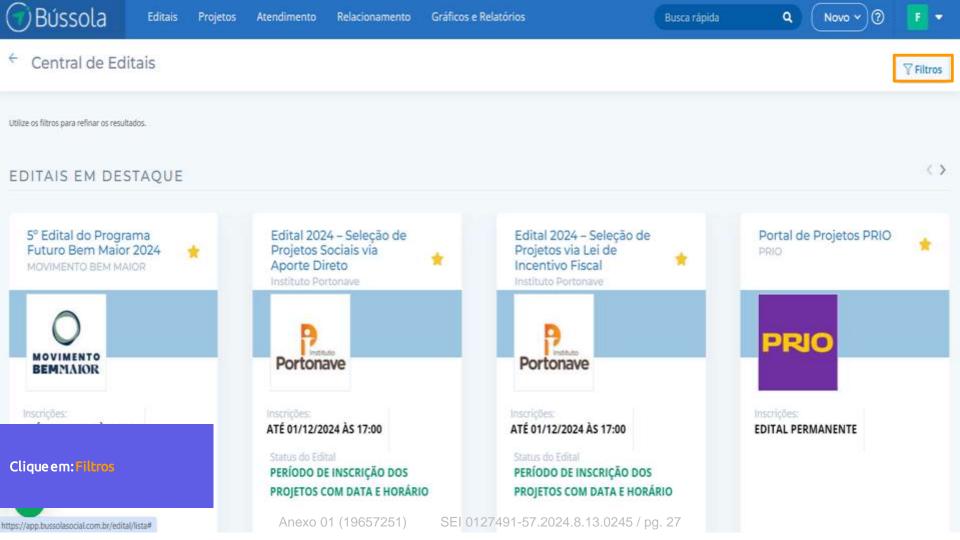


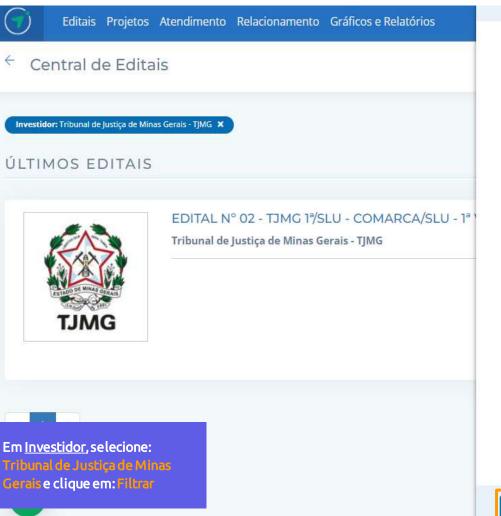


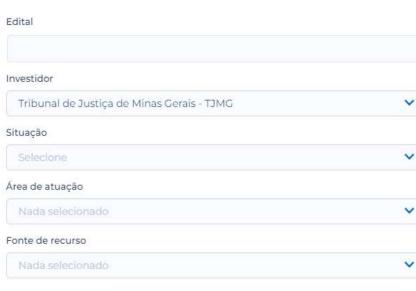
Passo 3.0

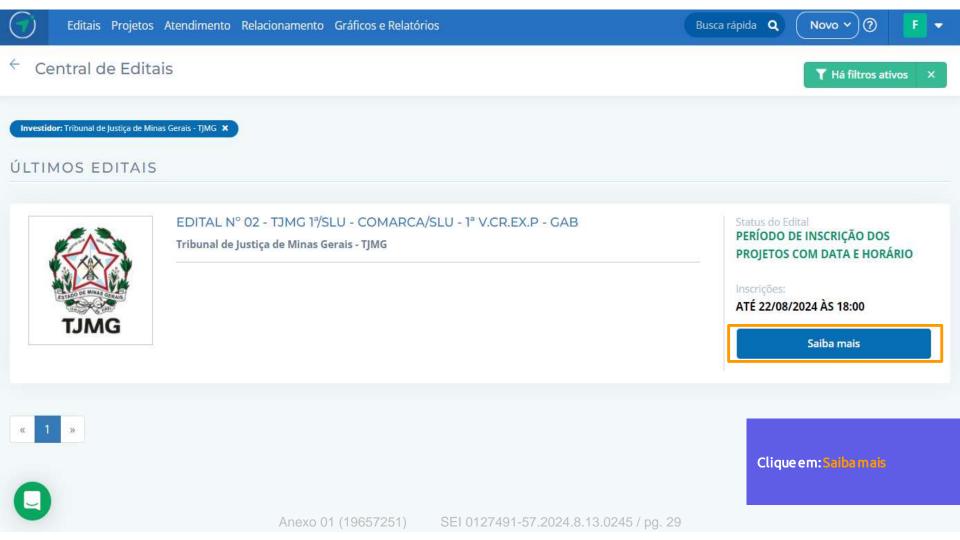


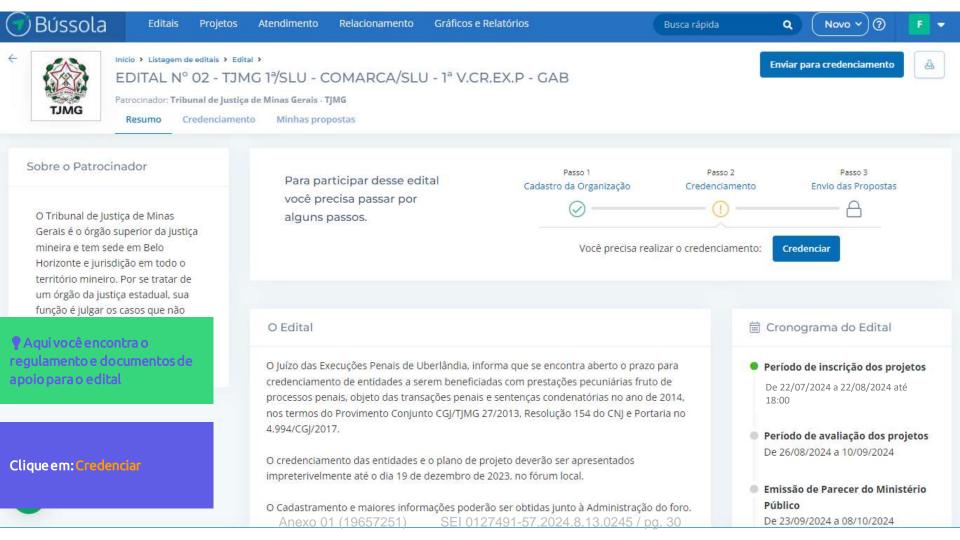
Acessando o edital e preenchendo o credenciamento

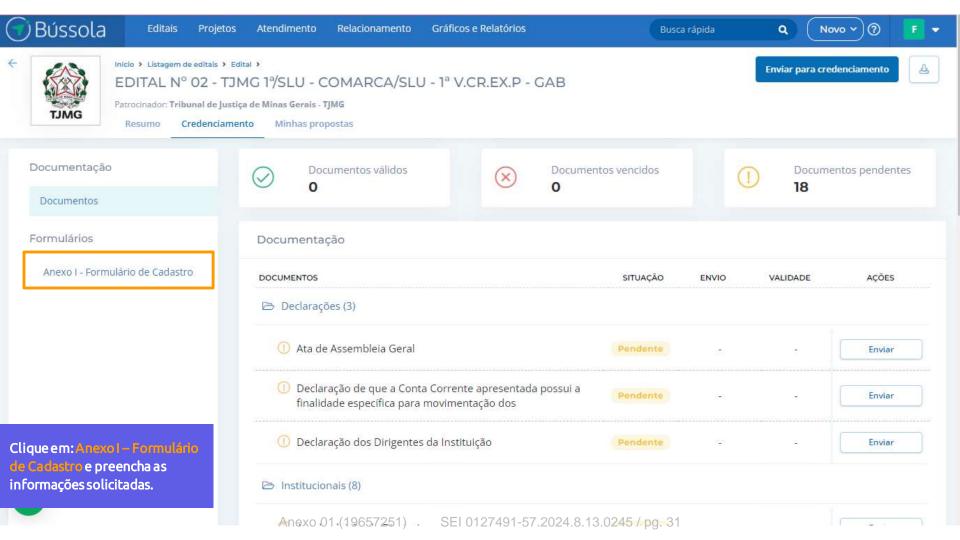










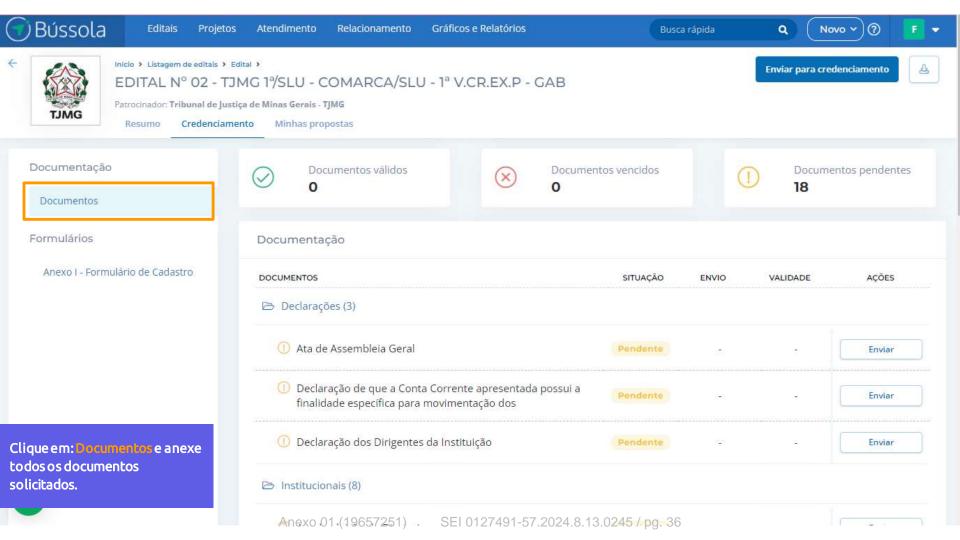


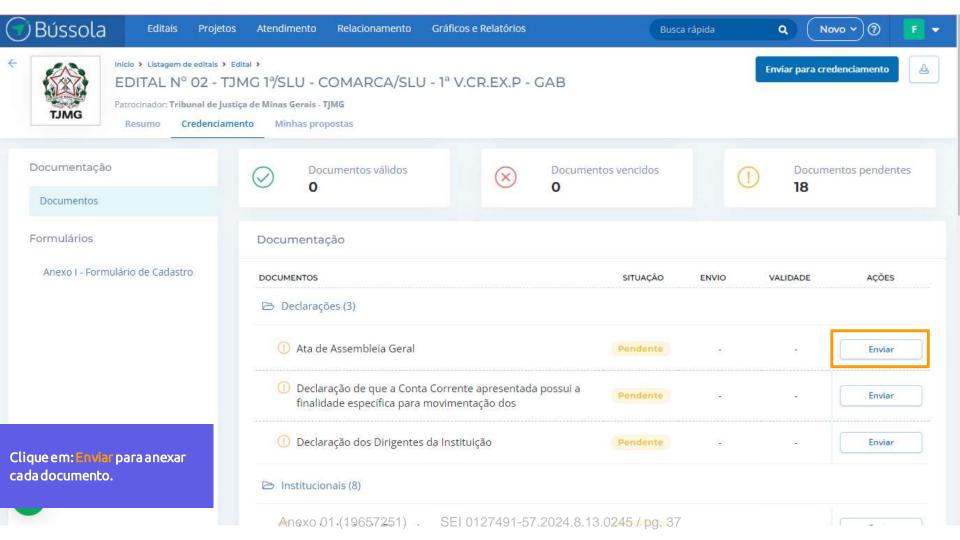


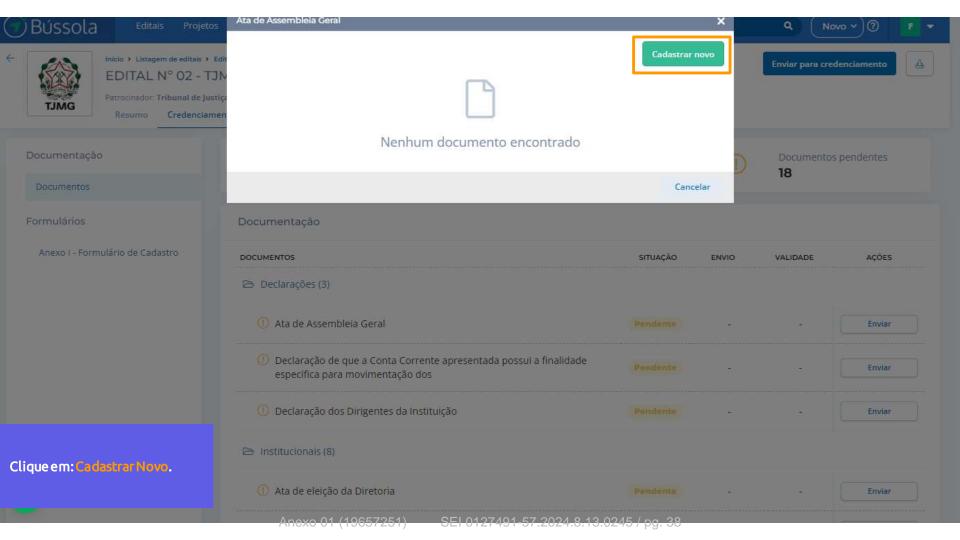


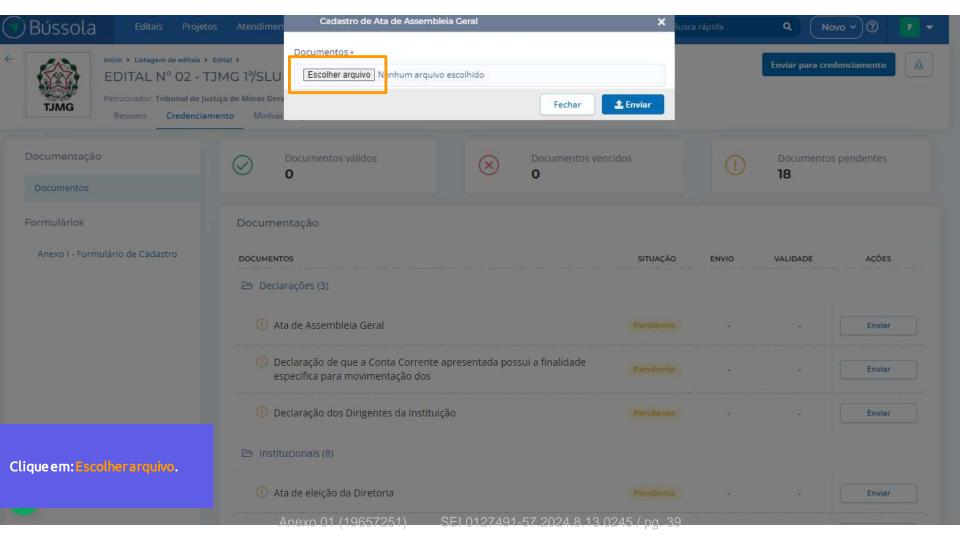
	Telefone Celular: •	61999655569			
	E-mail: •	teste@teste.com.br			
	Responsável pelo Benefício: •	João da Silva			
	Entidade beneficiada é a mesma que a interessada? •	Sim			
	PREENCHER O QUADRO ABAIXO (DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE BENEFICIADA) SOMENTE SE A RESPOSTA DA PERGUNTA ANTERIOR FOR "NÃO" DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE BENEFICIADA				
Preencha todos os campos do formulário de Cadastro.	Nome completo da instituição:				
	CNPJ: Anexo 01 (19657251)	CNPJ SEI 0127491-57.2024.8.13.0245 / pg. 34			

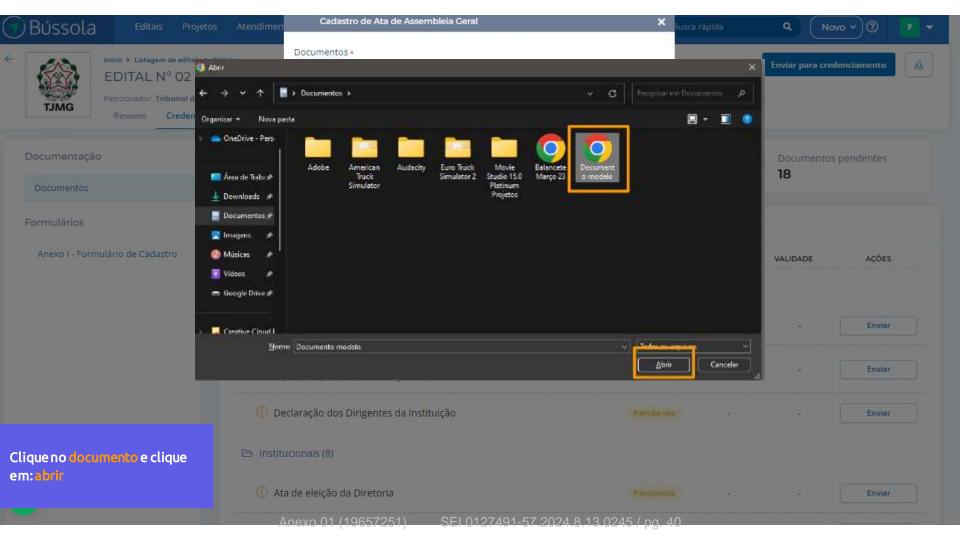
	Atividade principal da Instituição:			
	DADOS DE IDENTIFICAÇÂ	O DO RESPONSÁVEL DA	ENTIDADE BENEFICIADA	
	Nome Completo do Diretor(a):			
	CPF:	CPF		
	Telefones para Contato:			
Preencha todos os campos do	Declaro que as informações fornecidas neste formulário são verdadeiras, completas e atualizadas e aceito sua utilização pelo TJMG.	⊘ Sim	○ Não	
formulário de Cadastro, a pós Clique em: <mark>Salvar</mark>	Anexo 01 (19657251	SEI 0127491-57.2024.	8 13 0245 / ng 35	Salvar

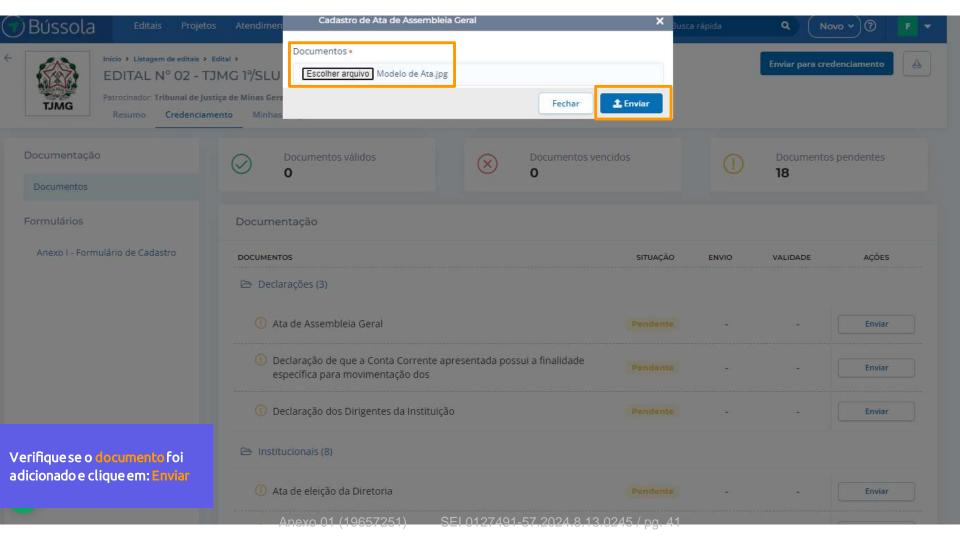


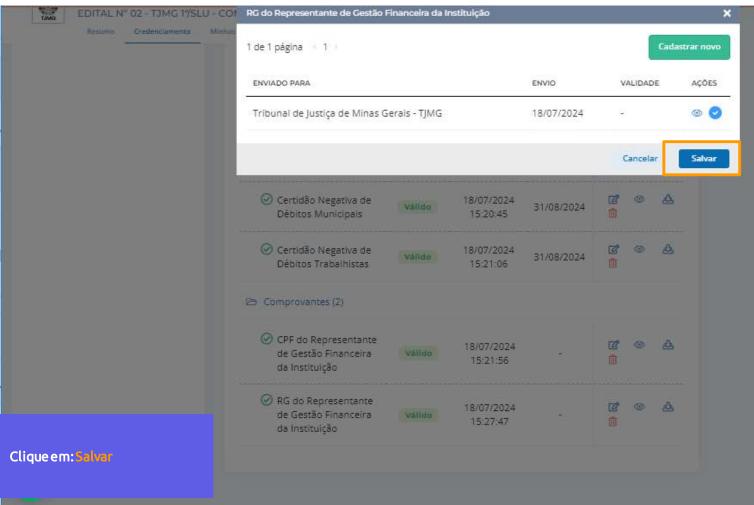


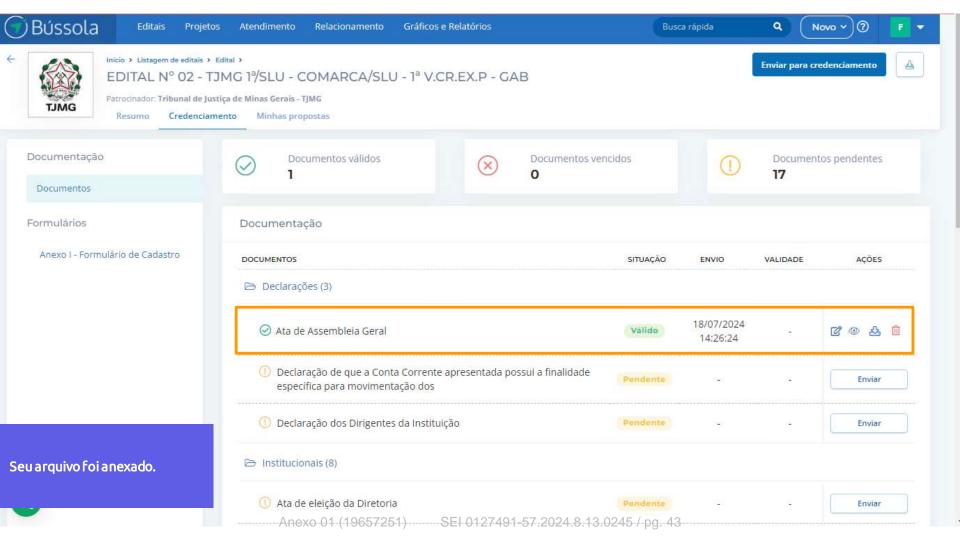


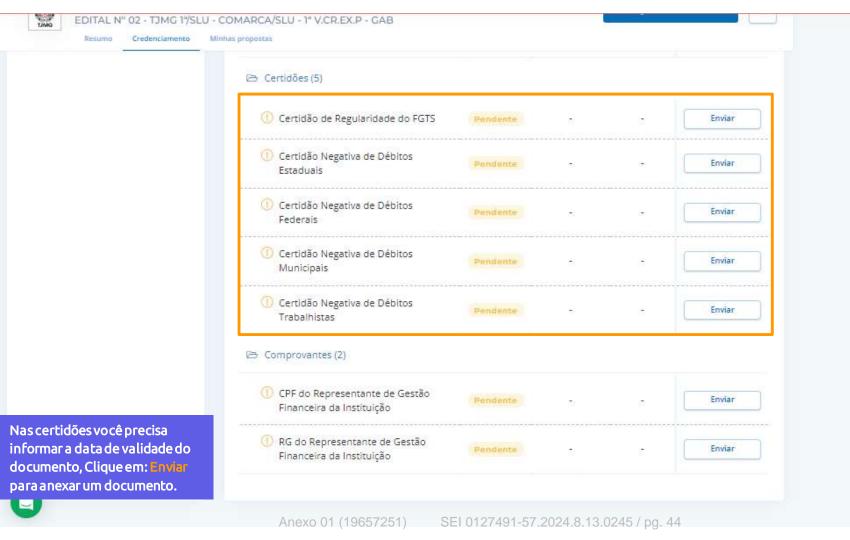


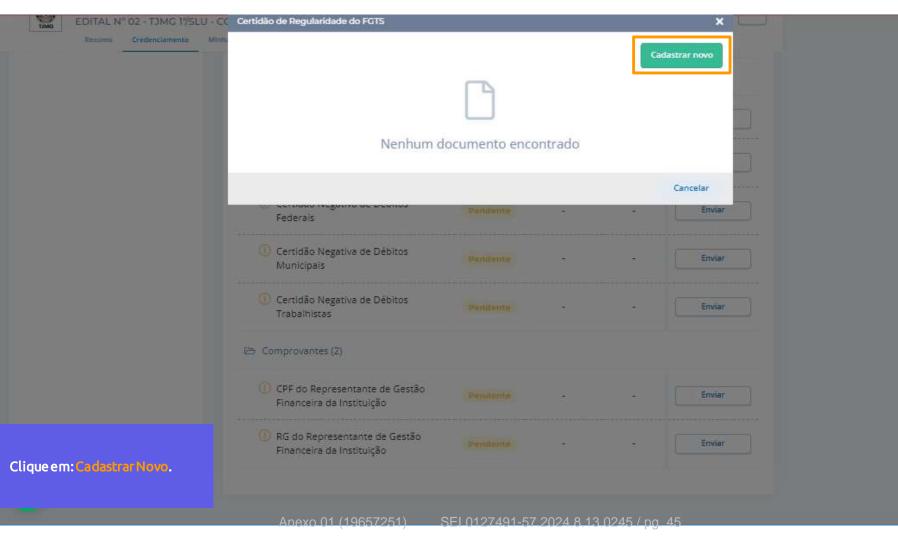


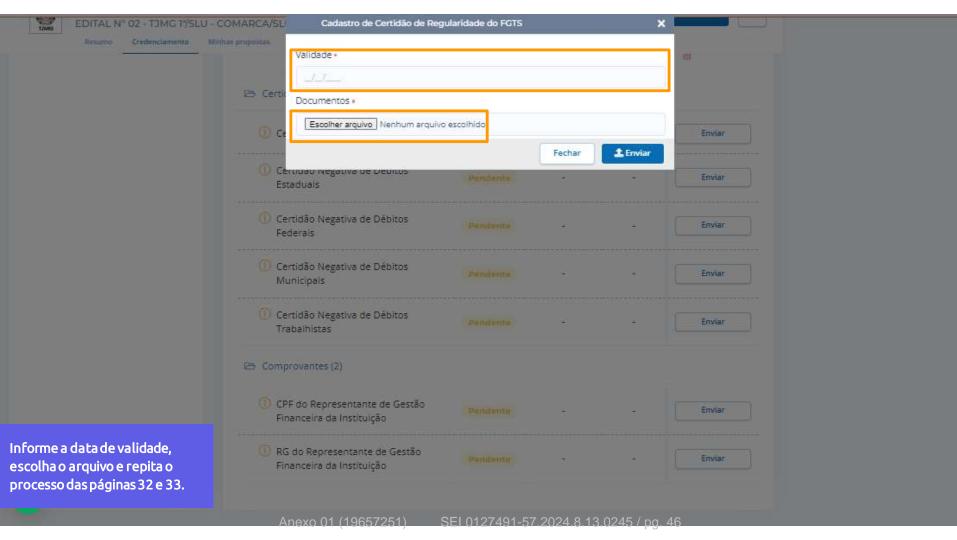


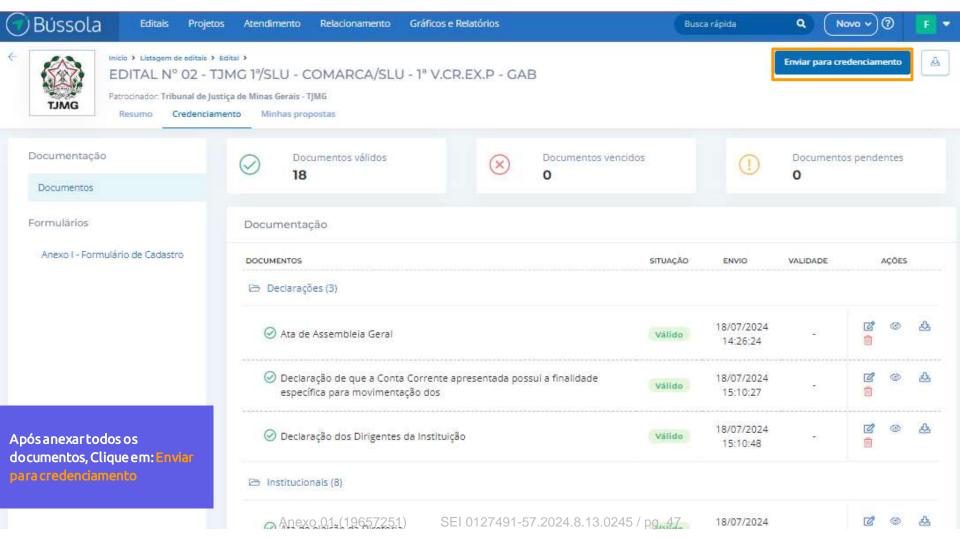


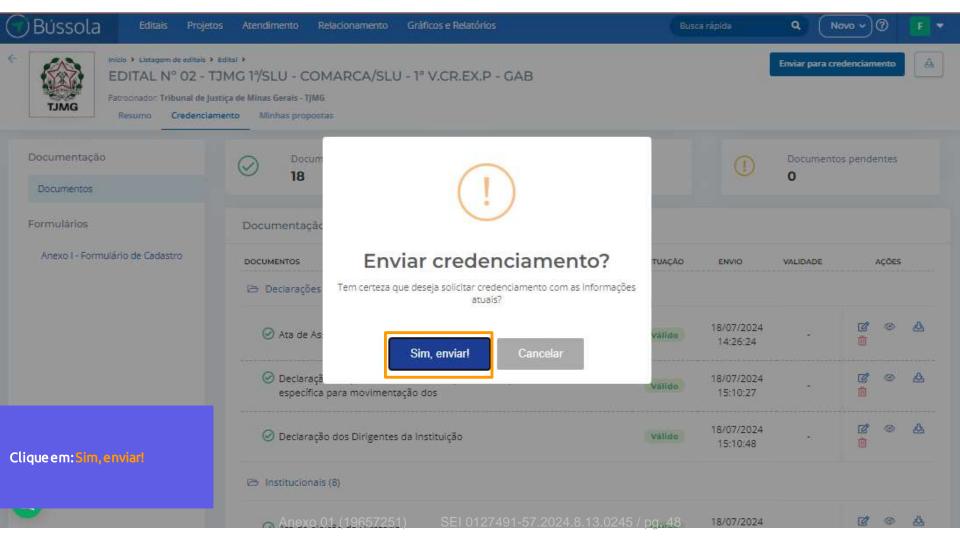


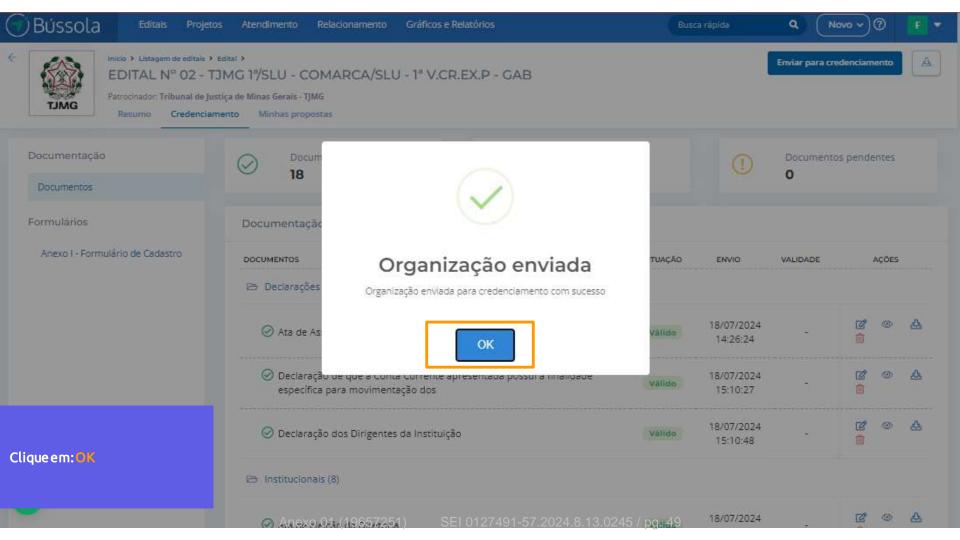








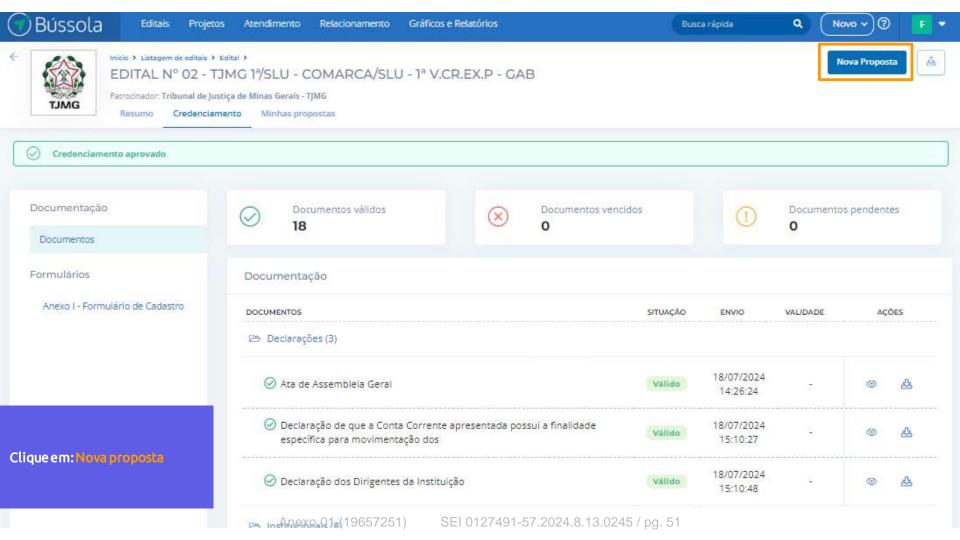


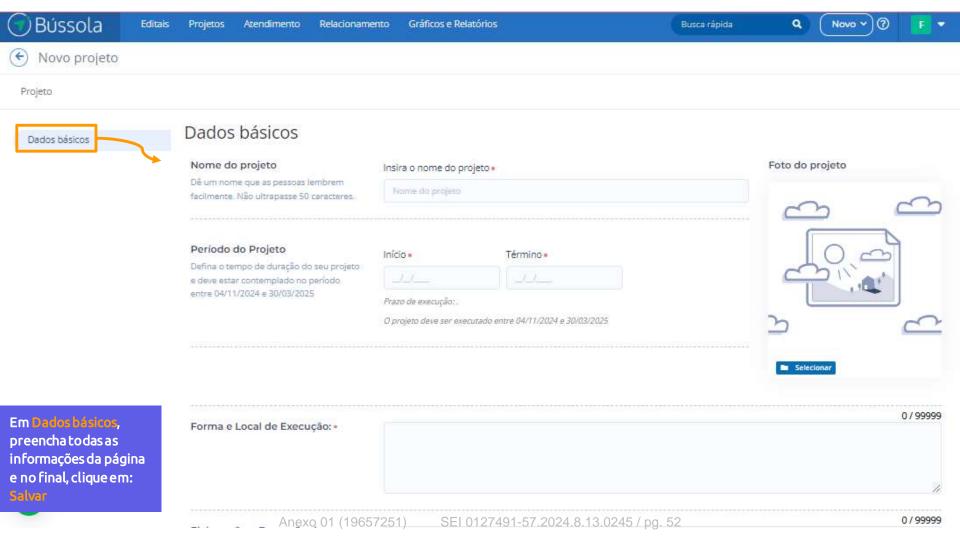


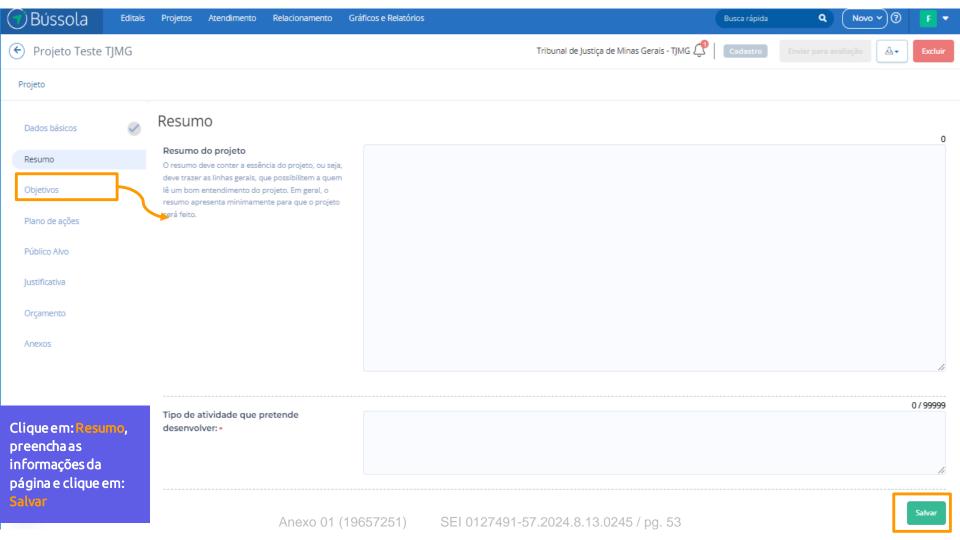
Passo 4.0

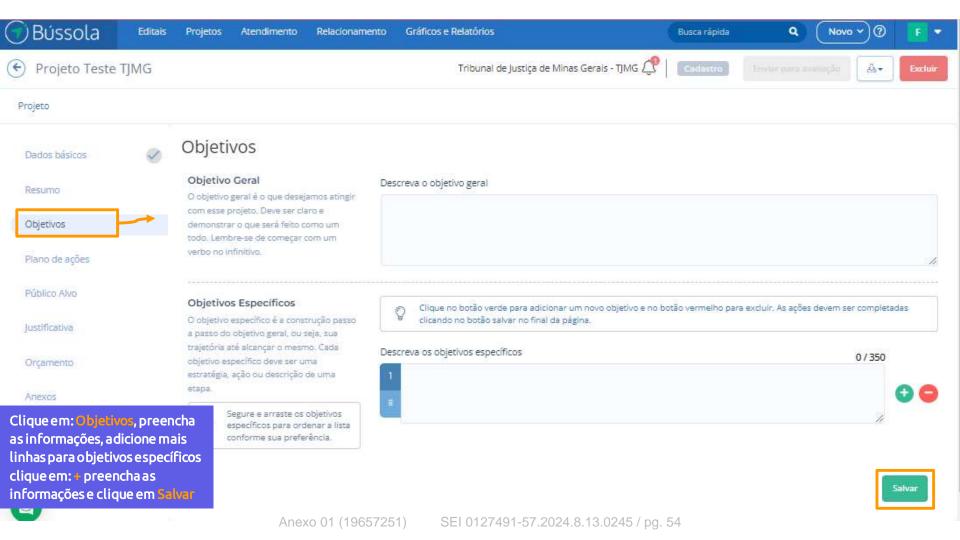


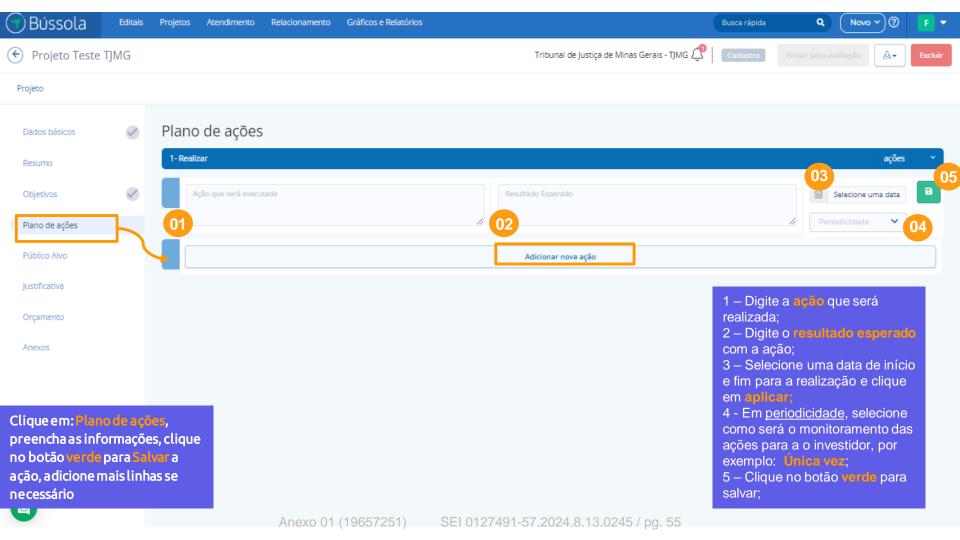
Preenchendo a proposta

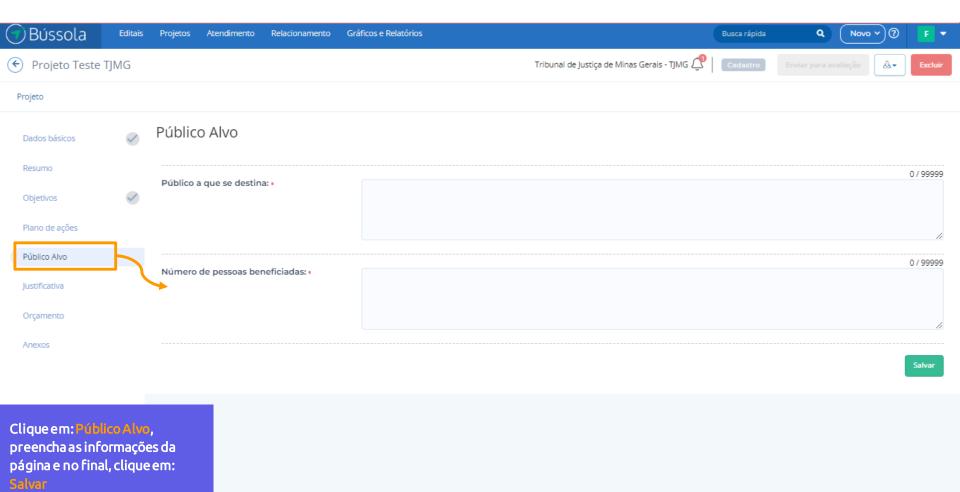


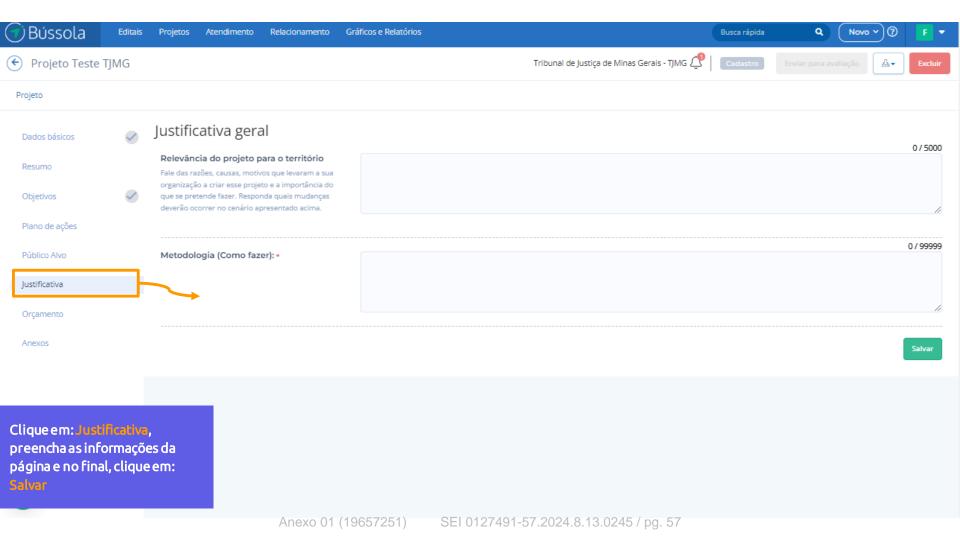


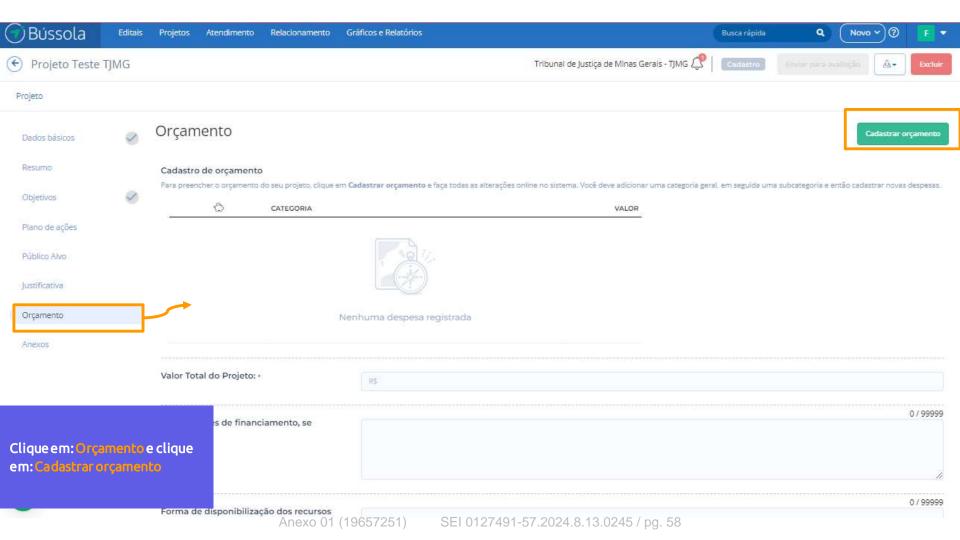






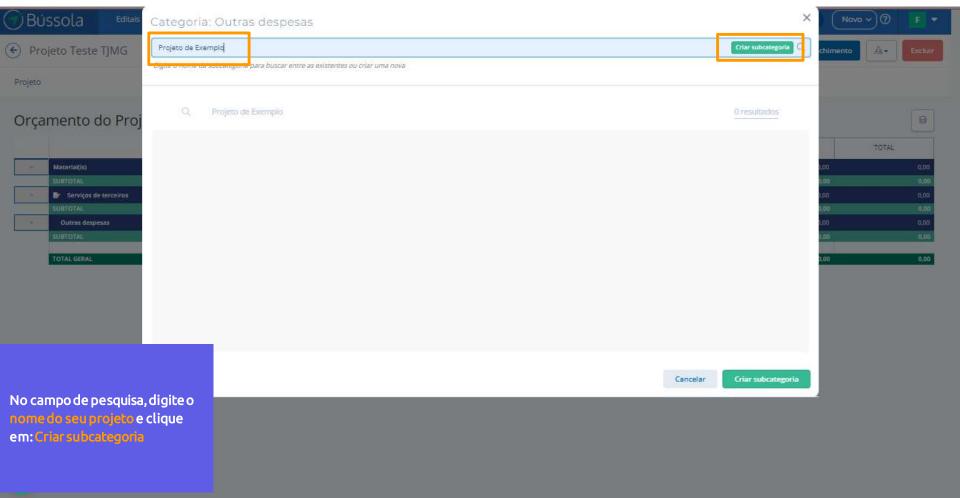


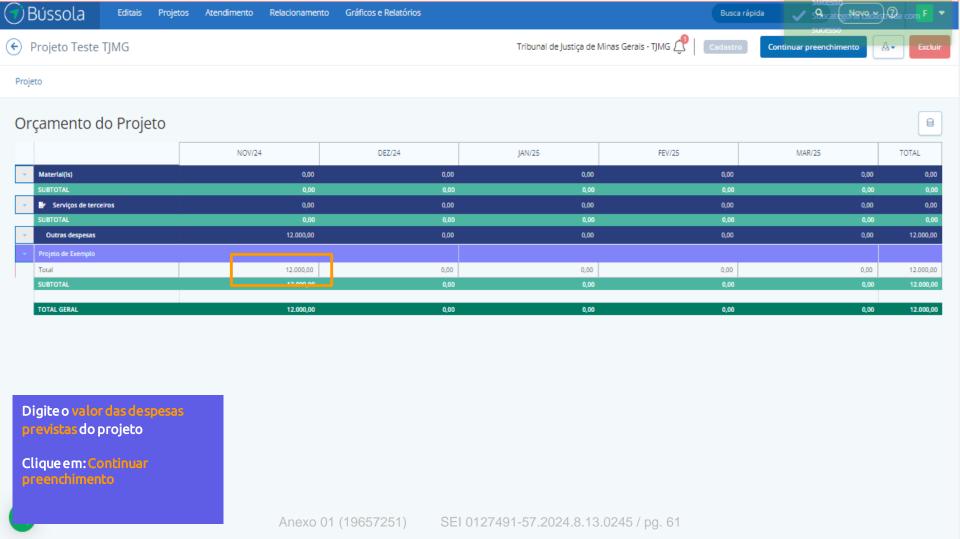


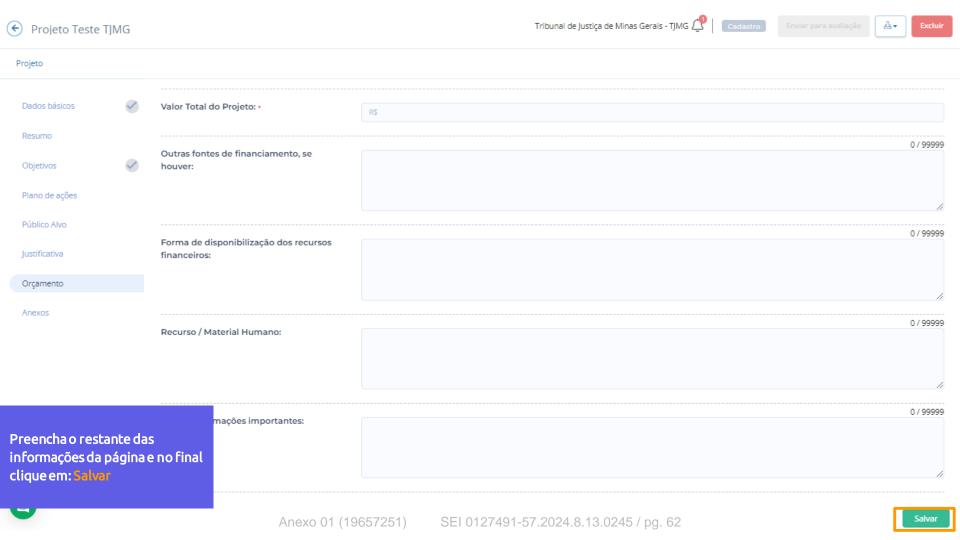


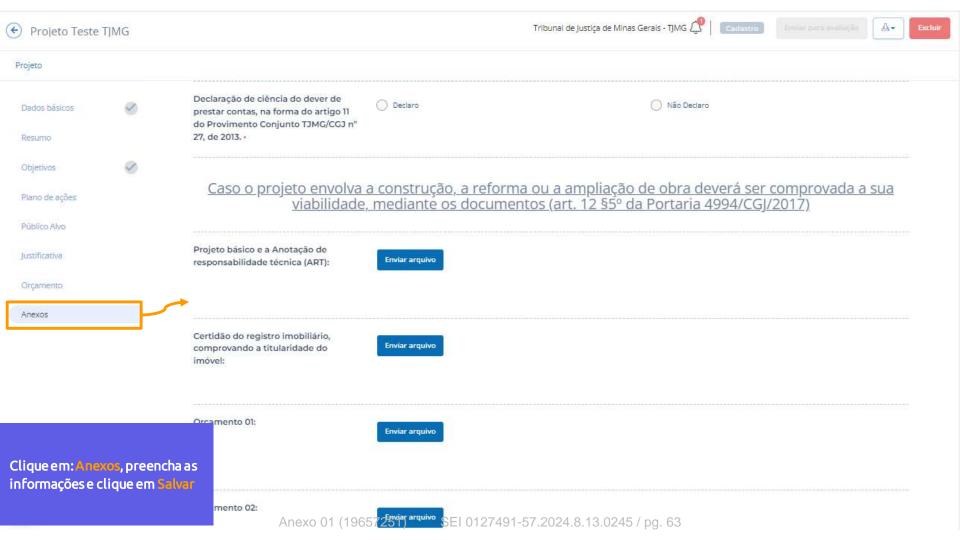


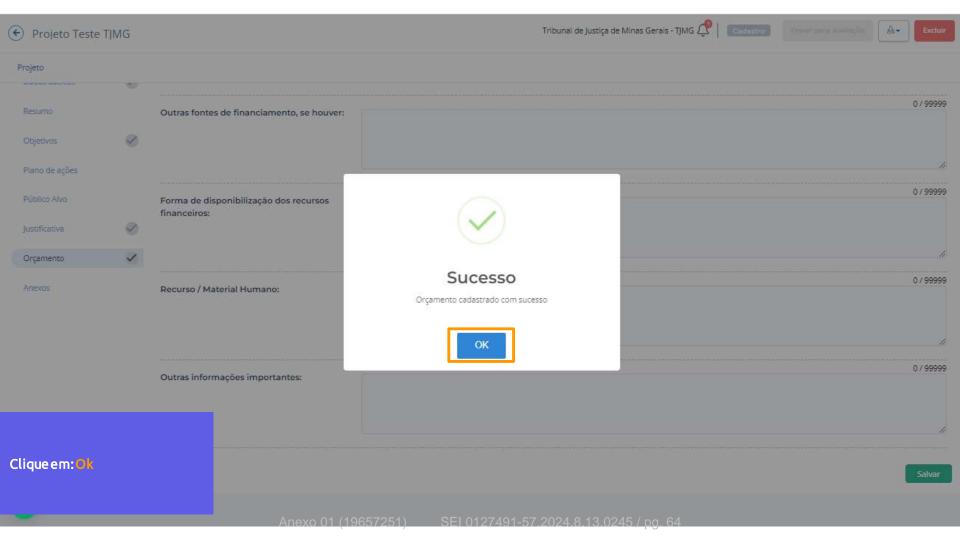
Clique: na seta para baixo e clique em: + Nova Subcategoria

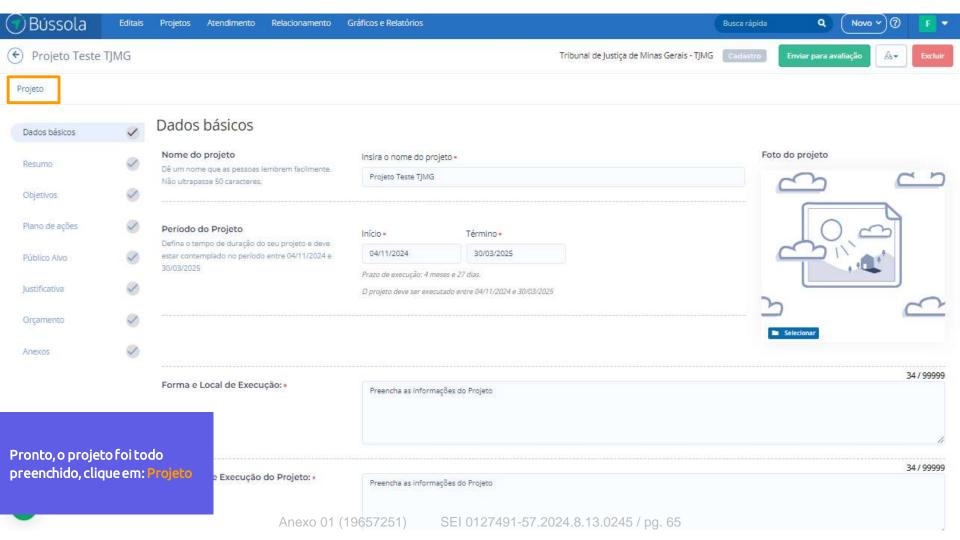


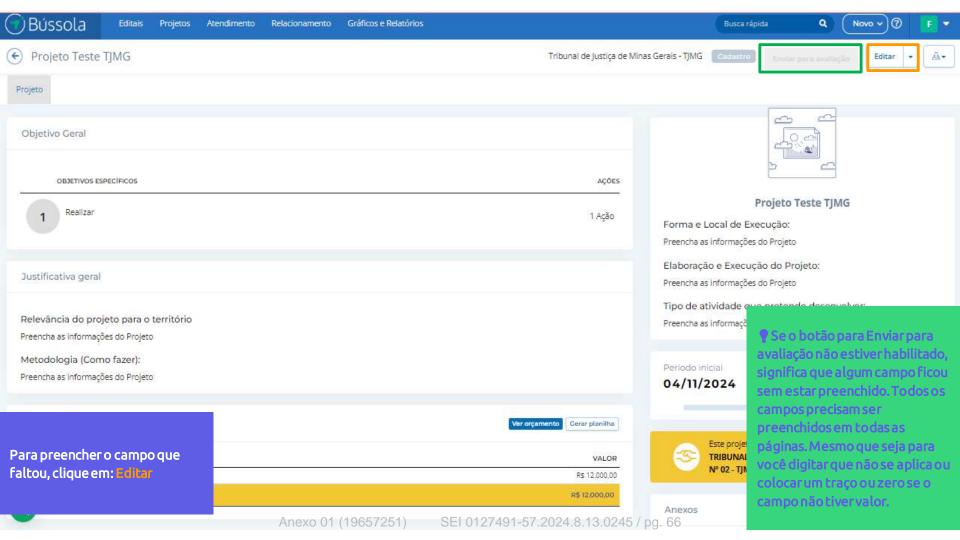








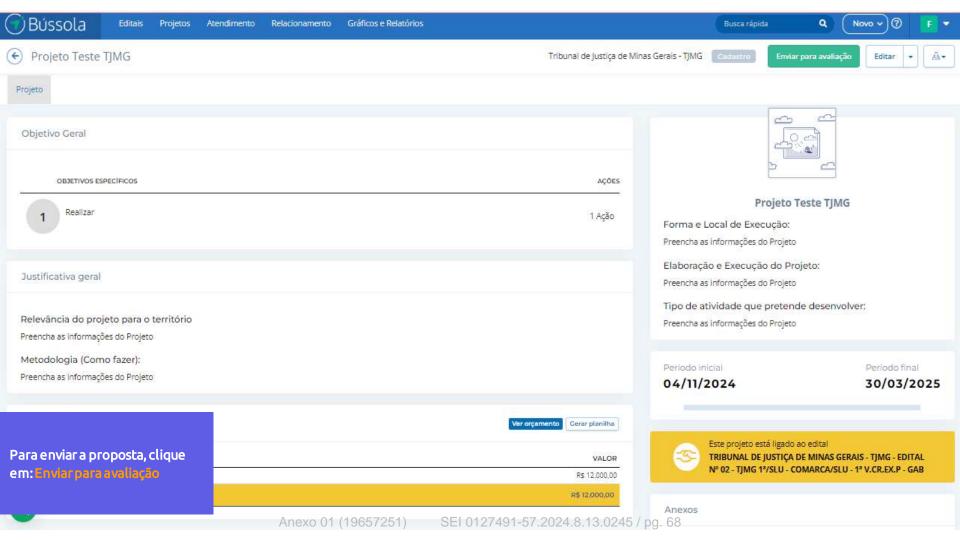


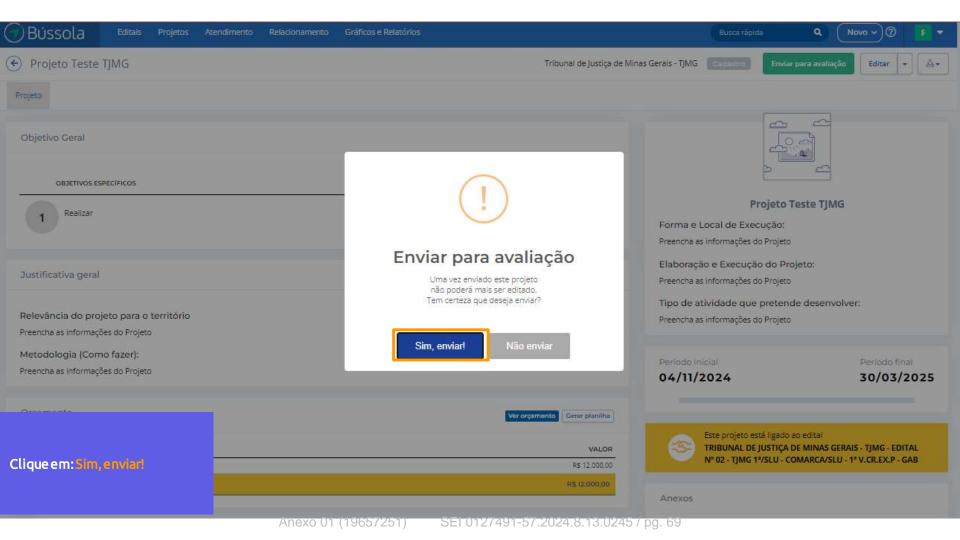


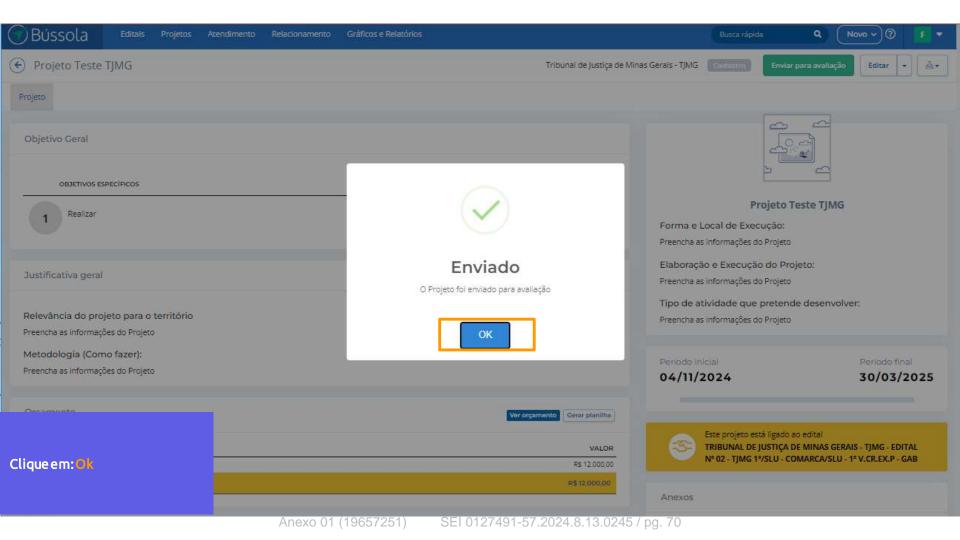
Passo 5.0

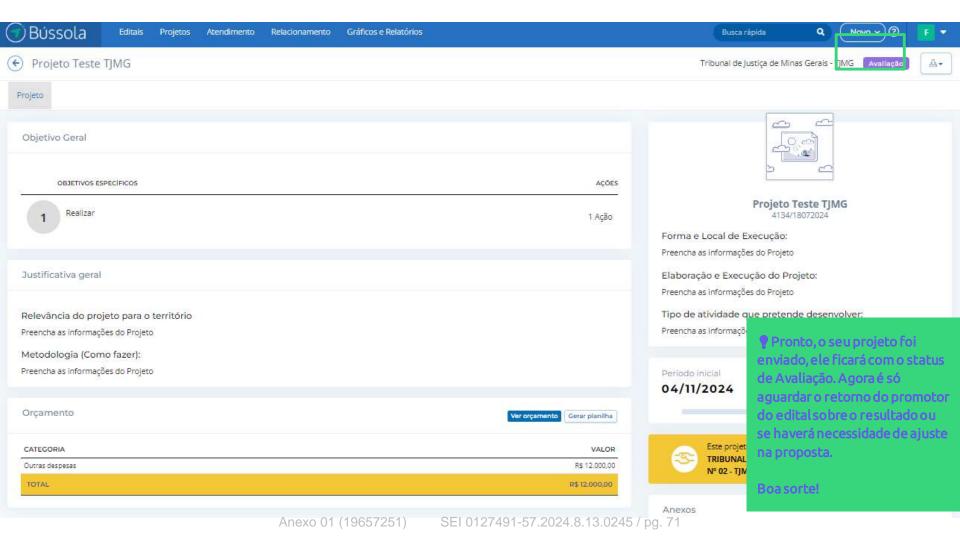












Passo 6.0



Solicitando suporte

Suporte

Para solicitar suporte da equipe Bússola, <u>clique aqui</u> e assista o vídeo que ensina a solicitar o suporte através de chat ou e-mail.

A nossa equipe de suporte atende de segunda a sexta-feira das 08h às 19h (horários de Brasília).

Para acessar a nossa base de conhecimento, clique aqui.

